A ESCRAVIDÃO NO CEARÁ NA PRIMEIRA METADE SÉCULO XIX

Pedro Alberto de Oliveira

1. Como pode a Província do Ceará, na primeira metade do século XIX, apresentar o progresso que nos registra sua história econômica, sob condições tão difíceis e em certos aspectos tão adversos?

2. Os dados históricos com os quais nos deparamos para esclarecer essa dúvida, tirando o conteúdo informativo que contêm, parece-nos muitas vezes contraditórios, devido as limitações subjetivas dos informantes ou registros documentais daquele tempo, como também ao cunho pessoal, incompleto e disperso que lhes costumam dar a maioria dos historiadores contemporâneos.

3. O futuro histórico necessariamente começa no passado. Para entendermos as vicissitudes da história cearense nas três primeiras décadas do século XIX, teremos de nos reportarmos às suas raízes no século anterior, a fim de conseguirmos uma continuidade historiográfica coerente.

4. As secas foram uma calamidade constante com a qual se habituou o cearense, muito passivamente. No referido período, devido ao aumento populacional, elas foram mais sentidas, com suas conseqüências funestas ao desenvolvimento econômico e progresso das populações, daí se afirmar que o cearense é como a mitológica "fenix" que renasce das próprias cinzas.

5. João Brígido, referindo-se à famosa estiagem de 1777, diz textualmente: "nesse ano houve seca que reduziu à oitava parte o gado da capitania e durou até o ano seguinte."(1) Mas

no tocante a efeméride de 1782, afirma: "houve este ano, um inverno que alagou os campos e causou grandes prejuízos."(2) As velhas aparentes contradições da natureza.

6. Pavorosa foi a que assolou o nordeste nos anos de 1790 a 1792, acompanhada que foi de "febres malignas" e varíola. O gado do Ceará foi quase todo destruído. Sobre ela o engenheiro Silva Paulet que esteve em Fortaleza em 1812 afirma: "Na espantosa seca de 1790, 1791 e 1792, viu-se trocar um meio de sola por uma bolacha."(3)

7. As informações estatísticas levantadas pelo Governador de Pernambuco, João Cezar de Menezes, no último quartel do século XVIII, identificou no Ceará a existência de 972 fazendas de criar e 87 engenhos, onde vivia uma população de pouco mais de 60.000 habitantes, o que colocava a capitania em posição superior às vizinhas do Rio Grande do Norte e Paraíba.(4)

8. Existiam por volta de 1788, 879 fazendas de criar, gerando dízimos no valor de 56:701$900rs, sua principal receita fiscal. A região da ribeira do Acaracu possuia 325, a do Jaguaribe 240 e a do Icó, 314. Em termos de comércio, a vila do Aracati liderava essa atividade. De seu porto 30 pequenas embarcações exportavam para Pernambuco a espetacular quantidade de charque correspondente a "25 mil bois. e mais de 20 a 25 mil couros salgados, 50 a 60 mil meios de sola ou vaquetas, 30 a 35 mil couros de cabra, 2 a 3 mil peles brancas ou camurças preparadas no sertão."(5)

9. Esses dados podem ser considerados parciais pois, como já citamos no capítulo anterior, só na zona norte da capitania, livro oficial da época registrava 846 "propriedades rurais" preponderantemente criatórias.

10. Em 1784, o Governador Montaury informava que os dízimos de miunças, etc. (gado) tinham sido arrematados por 71:720$000rs, o triênio, oferecendo um acréscimo de 29:704$100rs, em relação ao anterior.(6)

11. A grande seca de 1790 veio a destruir essa bonança, mas mesmo assim, em 1799, a receita da capitania foi de 47:735$920rs e a despeza de 13:589$850rs; atingindo em 1802

a importância de 52:727$793rs e 18:104$162rs, respectivamente(7) A capacidade de recuperação que possuiam as terras tostadas pelas secas constantes e o tipo de produção econômica existente podem ser apontados como os fatores que proporcionavam esse rápido revigoramento.

12. A desanexação da capitania do Ceará, agregada que era com a de Pernambuco, marca o início de um nova fase histórica. Tal fato só ocorreu porque trazia vantagens para a coroa e não prejudicava Pernambuco. Os benefícios para o Ceará foram mais administrativos, as conseqüências econômicas viriam um pouco depois.

13. Os progressos da época chegavam tenuemente à capitania, subalterna de fato, progredindo instintivamente, levada pela ambição limitada e antolhada de ignorantes proprietários de terras e pelos interesses subalternos de uma diminuta população citadina, comerciantes e burocratas.

14. A tendência fatalista de conviver com a desgraça e as contradições de um meio natural traiçoeiro dá ao cearense essa capacidade de aceitar passivamente injustiças sociais. Posteriormente, os mais operosos e valentes, quando podiam, emigraram em procura de uma sobrevivência mais digna.

15. A pecuária, a pequena agricultura de subsistência, e agora, também, o algodão, serviram de fulcro da vida econômica cearense no começo do século XIX. Quanto a outra riqueza agrícola daqueles tempos ,a cana-de-açúcar, era mais cultivada na zona do Cariri e menos nas outras. As canas eram aproveitadas muito pouco para a fabricação de açúcar, ficando sua maior quantidade transformada em rapadura, aliás, alimentação básica do povo pobre que a consumia abundantemente com farinha de mandioca.(8) A fabricação de aguardente era também muito apreciada.

16. Inexistia na capitania qualquer atividade industrial, a não ser que consideremos o que afirma Silva Paulet, em 1812, quando dizia que "o único ramo de indústria é o curtimento de sola e pelicas que se trabalha em todos os sertões; servem-se dos couros das rezes que matam, e dos couros que vão comprar às terras do Piauí; o curtimento porém é gros-

seiramente feito pelos poços dos riachos. Esta mesma marcha é frequentemente interrompida pelas contínuas secas, que flagelam este país; os anos escassos de chuvas, além de muitas causas morais, tem precipitado este país na última miséria."(9)

17. Mais otimista foi a informação do ex-governador Barba Alardo quando afirmou que "de 1813 em diante a sua agricultura (do Ceará) tem ido no maior aumento e muito mais ainda o seu comércio."(10) Referia-se ele a expansão algodoeira e suas conseqüências imediatas.

18. Silva Paulet não tinha o mesmo ponto de vista ao dizer que "as safras não correspondem ao trabalho e extensão de cada plantação; a prova é que se não encontram lavradores que possuam vinte mil cruzados em bens seus, havendo apenas um no termo de Arronches, chamado Albano da Costa dos Anjos". E referindo-se a pecuária, dizia ainda: "não se encontra na capitania uma fazenda que produza anualmente 1.000 bezerros; as maiores e muito raras são de 400 e as ha até de 30."(11)

19. Certo é que, em 1810, a capitania exportava em nove navios para Pernambuco, Londres e Liverpool, 26.380 arrobas de algodão.

20. Preponderavam as pequenas e médias fazendas, muitas delas pertencentes a um mesmo senhor. Daí um observador ocasional achar que não havia grandes proprietários. Tal fato advinha da desagregação normal das grandes propriedades quando ocorria as partilhas de heranças nas costumeiras famílias numerosas de nossos sertões.

21. Com uma população de 125.000 habitantes em 1808, a capitania tinha dentre suas 16 vilas (municípios), quatro com mais de 10.000 pessoas: São Bernardo (Russas), Icó, Crato e Sobral. O município de Fortaleza possuia 9.624 habitantes. Aracati, o porto mais importante e centro comercial mais destacado, tinha no seu centro urbano 2.000 moradores.(12)

22. A arrematação dos dízimos reais na primeira década do século XIX apresentaram progresso.

Triênio

1800 — 1803	91:945$000 rs	
1803 — 1806	92:095$000 rs	
1806 — 1809	119:700$000 rs	
1809 — 1812	119:912$000 rs	(13)

23. Os anos de 1809,1817 e 1825 foram de "seca", e o de 1827 de inverno ruim.

24. Durante toda a segunda década deste século a "cultura do algodão aumenta progressivamente e o seu produto é o principal ramo de comércio. Introduzindo na região a maior parte das comodidades estrangeiras que as necessidades da vida ou do luxo requerem. A cana prospera em muitos distritos mas seu suco é quase todo destilado em álcool (cachaça) ou transformado no que é chamado rapaduras."(14)

25. Em 1809 ocorreu o primeiro contato comercial direto com a Inglaterra, e dois anos depois foi instalada em Fortaleza a primeira casa estrangeira de comércio direto com aquele país, de propriedade do irlandês William Wara.

26. Não foi de prosperidade a década de 20 no Ceará. As atividades de apoio armado às lutas da Independência no Piauí e Maranhão, seguida com as escaramuças da Confederação do Equador, prejudicaram a paz e o trabalho necessários ao progresso sócio-econômico da Província. Foi período difícil, cheio de dificuldades de toda ordem, dentro dos limites impostos pela conjuntura político econômica nacional, mormente a costumeira dependência do comércio europeu, agora preso, principalmente, ao algodão como produto de maior valor, pelo menos para o Ceará.

27. A crise monetária então dominante no Brasil teve presença na Província. O Barão de Studart registra em efeméride de março de 1826 que "atendendo a falta de numerário existente na Província, a Junta da Fazenda Pública resolve emitir Bilhetes ou cédulas sob o título vales do Tesouro Público competentemente autenticadas pelos deputados tesoureiro e escrivão."(15)

28. Em 1829 o Presidente Manoel Joaquim Pereira da Silva na sua "fala" dizia que "a baixa do algodão, que sendo

outrora fonte primeira da prosperidade do Ceará, hoje não paga de certo o trabalho do lavrador."(16)

29. Assim se caracterizou a economia cearense do início do século até o fim do "primeiro reinado."

30. O cotidiano do cearense era bem modesto para os abastados e miserável para a maioria da população. Que o digam os inventários e outros testemunhos históricos da época: edificações (residências e edifícios públicos), benfeitorias urbanas, objetos de uso pessoal e de arte, ensino público e particular, e as próprias condições materiais de sobrevivência, principalmente no campo.

31. Diz um contemporâneo (1812) sobre a pobreza da terra: "as serras produzem algumas frutas; o uso da hortaliça ainda no inverno é desconhecido. Não há peixe no interior do país; falta carne, como disse, no verão, e os pobres que não podem fazer provimento de carne seca, padecem misérias. A mesma farinha não é abundante em todas as vilas."(17)

32. Referindo-se a Aracati, vila mais importante que a própria capital, afirma que "há mais rabulas, que mal alinhavam um requerimento; é um alfaiate, outro tem uma pequena venda, tem um mestre de primeiras letras, a quem não se paga, e o não tem de gramática pela mesma razão."(18)

33. Quanto a Fortaleza "...há uma casa de câmara arruinada; não tem cadeia, e servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar;... não há uma só casa de sobrado, e as terreas são muito inferiores." Quem assim disse foi Antônio José da Silva Paulet, Tenente Coronel de Engenharia, autor do primeiro plano urbanístico de Fortaleza, aqui chegado com o governador Coronel Manuel Ignacio de Sampaio, em 1812, como seu Ajudante de Ordens.

34. A Capitania como um todo "esta sempre nascente, e a população não pode fazer progressos vantajosos, pelas migrações contínuas, ocorrências de secas, padecimento de moléstias daí provindas, o que tudo detinha a espécie, que devia aumentar-se rapidamente, em relação da fecundidade e da propagação, que se antecipa aos doze anos nas mulheres, e o benefício da salubridade do ar na maior parte das vilas. De-

vem entrar em linha de conta a preguiça, o prejuízo de não servir homem forro ainda que seja preto, a facilidade de se manter de furto de gados, a freqüênciados crimes de morte, que perde logo dois homens, o morto e o agressor, que ordinariamente escapa não só pela fugida e dificuldades de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte, e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos criminosos."(19)

35. Anotação no livro do senado da câmara de Fortaleza, em 1800, registra os preços de produtos da terra. Um couro de boi custava 640rs; um milheiro de tijolos do Cocó, 4$500rs; um alqueire de farinha, 1$000rs; a mesma quantidade de milho, 1$600rs; um cavalo para carga de 10$000rs a 14$000rs.(20)

36. Quanto a artigos estrangeiros, uma arroba de ferro valia 4$000rs; uma enxada, 960rs; uma foice, 1$000rs; uma picareta, 1$000rs; um machado, 900rs; uma resma de papel da Holanda, 8$000rs; papel ordinário, 4$000rs; um copo, 240rs; um prato, 180rs. Um quilo de carne fresca custava em média, 70rs.

37. Operários qualificados ganhavam relativamente bem: um mestre carpinteiro, 640rs diários; um oficial de carpinteiro, 480rs; um mestre pedreiro, 400rs; um servente, 160rs; servente índio tirador de madeiras, 80rs, diários. Veja-se aí a exploração do trabalho indígena.

38. Os preços de mercadorias de consumo na praça do Maranhão alcançavam, em 1827: açúcar bom, 2$600 a 2$800rs a arroba; dito ordinário, de 1$600 a 1$800rs; enxada de ferro, 500rs; foice, 500rs; machado, 500rs, manteiga, libra, 200 a 240rs; papel almaço, 3$000 a 4$000rs, a resma; arroz, de 700 a 960rs, a arroba. Moedas de ouro de 4$000rs eram vendidas a 4$500rs.(21)

39. O negociante mais opulento no Ceará, no começo do século passado, foi o português Antonio José Moreira Gomes "que chegou a ser capitão-mor da vila (Fortaleza) e possuiu as terras do Cocó, com cerca de 200 cativos, engenhos e salinas, bem como grandes fazendas de criar, em Santa Luisa e Canindé."(22)

40. Fortunas consideráveis não ultrapassavam os cinco contos de réis (5:000$000rs) como foi a do Padre Domingos Francisco Braga, de Sobral, que totalizou no seu inventário, três contos seiscentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa réis (3:688$990rs), em 1816. Seus nove (9) escravos foram avaliados em oitocentos e cinco mil réis (805$000rs); suas cento e dez (110) vacas parideiras custavam quatrocentos e quarenta mil réis (440$000rs); quarenta (40) éguas parideiras, duzentos e quarenta mil réis (240$000rs); seus livros, vinte e oito mil setecentos e sessenta réis (28$760rs); as casas que possuia totalizaram trezentos e oitenta e dois mil réis (382$000rs), enquanto suas extensas propriedades agrícolas e fazendas, um conto e setenta e quatro mil réis (1:074$000rs); um pouco mais do que seus nove escravos. (23)

41. Tomando como exemplo a Capital, era por demais coercitiva a ação das autoridades sobre os cidadãos naquele tempo. A matança de gado e o preço da carne verde era rigorosamente controlado pela câmara que garantia seu suprimento ora por derrama, ora por contratos. "A derrama era uma obrigação que se impunha aos criadores de gado, de talhar carne no açougue exclusivo da câmara a preço fixo, distribuindo-se por eles os dias do ano. Todos os fazendeiros, desde Cauipe até Canindé, vinham obedecer à ordem do Senado." (24)

42. Quase todas as atividades do dia a dia das pessoas eram reguladas. Testemunho dessa realidade vexatória foram os artigos das posturas de 26 de outubro de 1811 sobre pesca e consumo de peixe:

1.º "Que todos os jangadeiros serão obrigados todos os dias a ir pescar com suas jangadas ao mar e isto a horas competentes, salvo quando o tempo for tal, que eles de força não possam ir ao mar, debaixo das penas de 30 dias de cadeia cada um dos jangadeiros."

2.º "Que para execução deste artigo primeiro, alegem e determinam que um dos jangadeiros de mais porte e capacidade seja cabo, a quem todos os outros jangadeiros respeitarão e obedecerão, como oficial de justiça, ficando esse cabo

obrigado a fazer sobreditos jangadeiros irem pescar ao mar, assim como pertence também a este cabo decidir, se os ventos e os tempos são favoráveis ou não a dita pescaria, para que a câmara lhe mandará passar o seu alvará e gosará de todos os privilégios e imunidades de que gozam os meirinhos, com declaração porém que toda omissão que tiver sobredito cabo no seu ofício será castigado com 30 dias de prisão e desde já nomeiam para cabo dos jangadeiros Antonio Raimundo do Nascimento, etc."

3.º "Que, primeiros que se sirva na repartição do pescado a todo o público, se tirará com preferência para o governador da capitania, para o ouvidor estando na vila, para os vereadores e procurador do conselho e almotacés, para os deputados da junta, para o vigário da freguesia e capitão-mor e todos os mais empregados em ofícios de fazenda ou justiça e igualmente para todos os oficiais de tropa de linha."(25)

43. Ainda no governo de Barba Alardo, a câmara determinou em sessão de 8 de fevereiro de 1812, que "ninguém trabalhasse de carpina, pedreiro, sapateiro, ferreiro, alfaiate, marcineiro, etc, sem licença sob pena de multa." Somente na administração seguinte do Governador Sampaio deu-se liberdade de trabalho às artes mecânicas.

44. O indígena, então numeroso, foi usado nessa época como servo, para trabalhos gerais. Isso se explica pela carência de mão-de-obra em alguns locais da capitania.

Fortaleza tinha em seus arredores três vilas de índios a seu serviço: Arronches (Parangaba), Messejana (Paupina) e Soure (Caucaia).

45. Documentos preciosos existentes no Arquivo Público do Ceará, falam-nos do relacionamento entre o poder da autoridade sobre eles no tocante a sua utilidade como força de trabalho, e a submissão deles dentro do contexto social dominante.(26)

46. Ofício do governador Sampaio, datado de junho de 1813, afirma textualmente:

"Diretor de Arronches — Constando-me que segunda vez fugira da casa do Rev. João José Damasceno de Oliveira o

índio de nome José que V.Mce por bem de despacho meu lhe havia alugado: ordeno a V.Mce que o faça prender e remeter a cadeia desta Vila."

47. O índio não tinha liberdade de se mudar do lugar onde vivia, assim prova o ofício dirigido ao Sargento Mor Comandante das Ordenanças de Fortaleza:

"Acaba de desertar da Prainha desta Vila o grumete Francisco de Paula com carta de índio, estatura menor que ordinária cheio de corpo, olhos pequenos, cabelo anelado, o qual consta achar-se no Acaracuzinho em casa da índia Brígida que parece ser sua parenta. É portanto necessário que V.Mce o faça prender e recolher a cadeia desta Capital a minha ordem. Deus Guarde a V.Mce Vila da Fortaleza, 27 de outubro de 1819. Manoel Ignácio de Sampaio."

Outro ofício da mesma natureza, agora dirigido ao Diretor dos Indios de Arronches, dizia:

"Mande prender os dois índios Paulo da Rocha, e seu irmão Manoel Francisco que desertarão da Vila de Mecejana para essa de Arronches, e os faça conduzir para aquela e entregar ao Diretor. Deus Guarde V.Mce Vila da Fortaleza, 20 de março de 1820."

48. As obras públicas recrutavam também trabalho indígena. Circular aos Diretores de Indios de Arroches, Mecejana e Soure, determinava:

"Diretor da Mecejana mande entregar semanariam e (sic) ao Administrador das Obras Reais desta Capitania logo que ele pedir 4 indios para o serviço das mesmas obras, os quais serão tirados das Companhias que se acharem de folga, e dos que entrarem de Semana. Vila da Fortaleza 16 de fevereiro de 1820."

Portaria ao Diretor de Arronches para fornecer ao Vigário daquela vila de índios para a reedificação da Igreja:

"O Diretor da Vila de Arronches forneça ao Vig. da mesma vila Amaro Joaquim Pereira de Morais e Castro doze índios por semana que o mesmo Rev. Vig. me tem requerido para os trabalhos de reedificação da Igreja Matriz da mesma Vila cujo fornecimento será feito por semana em todas as Companhias

dos Indios daquela direção pagos na forma Directorial (sic). Vila da Fortaleza 12 de julho de 1814/Estava a rubrica do Ilmo Sr. Govor. Mel. Ignácio de Sampaio."

49. O Município também usava o trabalhador indígena, como informa esta Portaria: "O Diretor da Vila de Soure mande entregar ao Carapina Antonio de Carvalho o Indio Ignacio de sua Direção que trabalha no mesmo ofício para o ajudar durante o serviço das obras da Câmara desta Capital. Vila da Fortaleza 13 de março de 1820."

50. A ação da lei se fazia sentir sobre os preguiçosos e irresponsáveis, como se vê escrito em ofícios de 30 de outubro de 1819, determinando o recrutamento, por prisão, dos vadios das vilas de Monte Mor o Novo, Granja e Crato para servirem no Batalhão de Tropa de Linha.

51. Sampaio governou com pulso forte e honestidade. Sua administração se fez sentir em todas as áreas, como se entrevê nos testemunhos documentais existentes. Retrata uma faceta de seu caráter o ofício abaixo transcrito, por sinal muito sucinto.

"Tenho presentes aos meus Ofícios de 25 e 29 do mês passado e de 7 do corrente e sobre o seu conteudo devo dizer-lhe que se até o fim do mês de julho não estiver preso o Cabra criminoso Luís de tal cativo, deverá V.Mce remeter imediatamente preso para a Fortaleza desta Capital com a devida decencia o Capitão Comandante do Cascavel Anastacio Lopes Ferreira do Vale de maneira que no último do dito mês de julho ou deve aqui estar preso o referido Cabra Luiz de tal cativo ou o dito Capitão Comandante do Cascavel. / Indague se he com efeito verdade o mau tratamento que Francisco Manoel Glz da a India que tem sua casa, segundo refere o dito Comandante. Chame a sua presença o Cabra Monoel Pereira morador do distrito da Jubaia e intime-lhe que se não obrigar a trabalhar todos os seus filhos os mandarei buscar para esta Capital para aqui os ocupar. Deus Guarde V.Mce. Vila da Fortaleza, 11 de julho de 1819 — Manoel Ignácio de Sampaio — Senhor Leandro da Costa Valle. Cap. Mor das Ord. do Aquiraz."

Nessa época realmente havia muito trabalho na cidade, pois se estava construindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, concluída em 1822.

52. A construção desse forte, iniciada em 1812, teve a contribuição direta de destacadas personalidades da capitania que doaram grandes importâncias de sua fortuna pessoal, como o Capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa, que deu setecentos mil réis (700$000rs), o Vigário de S. Bernardo, José Bernardes da Fonseca, quinhentos e noventa e quatro mil réis (594$000rs) e muitos outros. O custo total da obra atingiu a importância de vinte contos, trezentos e sessenta e dois mil trezentos e noventa réis (20:362$390rs) afora dezesseis contos, cento e três mil, duzentos e sessenta e sete réis (16:103$267rs) dos donativos.(27)

53. O original é que a maioria das doações foi em objetos, tais como, tijolos, madeira, cal, bois, potros, etc. além do trabalho de escravos emprestados por seus senhores para aquele serviço. O dinheiro em espécie era difícil.

54. Outra atividade desempenhada pelos índios, por razões óbvias, foi a de "correio", levando a correspondência oficial para todos os quadrantes da capitania.

55. Como vimos, o indígena que não era escravo, era um servo. Não podia ser vendido, mas era alugado por um preço estipulado pela autoridade ou obrigado a servir nos corpos de ordenanças por salário vil. Mesmo assim tinham certos direitos, ou poderíamos dizer, certa proteção. Pelo menos quando estava no governo autoridade honesta.

56. É o que vimos em muitos atos do governador Sampaio, como aquele que em ofício ao Diretor dos Indios de Mecejana decide "que nenhum inconveniente ha que o Coronel Manoel Pereira de Sousa Castro afore aos Indios as terras que estes querem na forma de meu despacho de 27 do mês passado" — 20 de agosto de 1819. Devemos porém esclarecer que essas terras haviam sido tomadas dos indios anteriormente... Aliás, muitas vezes se encontra em documentos oficiais a expressão "pobres índios", talvez em reconhecimento as injustiças sofridas por eles. (A história do indígena cearense até

a primeira metade do século passado é bem estudada por Tristão de Alencar Araripe em seu livro "História da Província do Ceará — desde os tempos primitivos até 1850")

57. O controle do Estado sobre os cidadãos era quase abusivo. Qualquer pessoa que quisesse sair do local de sua residência para outra capitania, ou mesmo para outra vila da mesma capitania, tinha que possuir um **passaporte**, emitido pela autoridade competente, para si e seus acompanhantes eventuais — familiares e escravos.

58. O "Livro 35 — Registros de passaportes, 1813 — 1866", existente no Arquivo Público do Ceará, é repositório de curiosas informações para a história social da província. A presença do elemento "escravo" é notada com destaque até 1840, quando então deixa de ser registrado passaportes para dentro do país.

59. O deslocamento de viajante era maior para Pernambuco e Maranhão, sendo menor para a Corte, no Rio de Janeiro. De 1836 a 1839 não houve registros de passaportes para escravos, sendo que em 16.01.1840, anotou-se um para o cirurgião João Themoteo da Rocha Galvão ir a Pernambuco levando sua família e "quatro escravos e três crias." Pelo que supomos voltava de mudança.

60. Informações dessa natureza nos dizem certas particularidades da época, como a que se refere ao passaporte concedido ao presidente nomeado oficialmente por D. Pedro I para o governo do Ceará, mas que não foi aceito pelos revoltosos da Confederação do Equador então no poder. O número de escravos que o acompanhavam era o normal que servia a famílias importantes; valendo destacar a presença, ainda, de três criados.

"Segue viagem desta Província do Ceará para a Corte do Rio de Janeiro no brigue Matildes de Nação Inglesa o ex-Presidente deste Governo Pedro José da Costa Barros, e sua mulher D. Arcenia Luduvina de Oliveira Barros, levando em sua companhia as pessoas seguintes: Joaquim, Antonio, Luzia e Thereza escravos, e três criados, Gil, Benedito e João. Na Fortaleza deixem passar o mesmo ex-Presidente, e as referidas

pessoas não lhes pondo embaraço algum. Palacio do Governo do Ceará, 7 de abril de 1824, 3.º da Independência e do Império. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Estava o selo das Armas Nacionais."

61. A condição civil do viajante era muitas vezes declarada minuciosamente. No caso abaixo transcrito fez-se questão de deixar clara a situação da viajante Joana:

"Para José Antonio da Silveira, família e seu escravo Marianno e uma mulata forra de nome Joana para o Maranhão." 30.05.1825.

62. Outros viajantes não levavam escravos:

"Para Gregorio da Rocha Maciel para o Maranhão levando sua família e dois fâmulos." 27.06.1825. "Para o Cap. Engenheiro Bloem para ir para Pernambuco com sua mulher e dois fâmulos." 04.10.1825.

63. Eram raros os viajantes com escravaria numerosa:

"Para Manoel Pereira de Vasconcelos para ir ao Pará com sua família assim constituída: Mulher, filhos, cinco fâmulos, dezoito escravos (Bernardo, Antonio, Faustino, Francisco, Luiz, Fidelis, Francisco, Antonio, Florêncio, José, Bento, Bernardo, Anna, Florinda, Josefa, Anna, Francisca.)" 10.12.1825.

64. Poucas vezes é declarada a cor do escravo, e quando aparecem, em sua maioria referem-se a pretos, mulatos e muito pouco a Angolas e Minas. Duas vezes, e isso mesmo para a mesma pessoa, foi registrado a qualificação profissional do escravo, que no presente caso funciona aparentemente como um sobrenome.

"Para o Rev. Conego Antonio de Castro e Silva para ir a Campo Maior e dali para Pernambuco levando em sua companhia três fâmulos e três escravos (Manoel Ferreiro, Manoel Pedreiro e Francisco.)" 18.06.1830.

65. Muitos escravos eram possuidores de uma qualidade rara nos dias de hoje — a fidelidade. É o caso de "Ze de Sta. Anna, escravo do Rev. Pe. José Martiniano de Alencar, representante do Brasil nas Cortes de Lisboa, Senador do Império, Presidente da Província do Ceará por duas vezes, e mais, pai do político e escritor José de Alencar.

66. Alguns cativos viajavam sozinhos para outras vilas, acompanhados apenas pela confiança de seus senhores, era assim com o citado escravo.

O registro de 06.12.1825 diz: "Deu passaporte para o escravo do Rdo. Pe. José Martiniano de Alencar por nome Zé de Sta. Anna para ir a Vila do Crato."

Mais tarde, em 15.01.1830, novamente aparece ele indo com seu senhor para a Corte, no Rio de Janeiro, juntamente com "três fâmulos", "um criado" e mais quatro escravos.

Trinta anos depois, em 09.03.1860, o 1.º Tabelião do Termo de Fortaleza registrava no seu "livro de notas" o "papel de liberdade" do crioulo Joze de Sant'Anna, passado no Rio de Janeiro dois meses antes, ex-escravo do "Senador do Império" José Martiniano de Alencar, que para lhe dar a alforria recebeu do seu velho e fiel cativo a importância de 400$000rs, declarando perdoar-lhe "o mais em atenção aos bons serviços que me tem prestado a quase quarenta anos..."

A "fidelidade" do escravo nem sempre tinha uma qualidade correspondente no Senhor — **reconhecimento, caridade** ou **respeito humano.**

67. Naquela época a população do Ceará, em sua maioria era inculta, de aspirações limitadas, devido ao pouco ou nenhum contato direto com pessoas instruídas. A vida citadina era muito atrasada.

68. A instrução pública era praticamente nula. Em 1835 existiam na província 21 cadeiras de primeiras letras com 565 alunos, providas com professores despreparados; 6 cadeiras de gramática latina com 41 alunos. Na Capital havia uma cadeira de francês com 11 alunos, uma de filosofia com 2 alunos e uma de retórica sem nenhum aluno.(28)

69. Nesse ambiente limitado não havia aspirações elevadas ou desejo de se gastar em construções para o conforto ou bem estar e muito menos artísticas. Cidades importantes do interior cearense são testemunhas disso. A própria Capital não tem nada para mostrar dessa época.

70. O escravo era um personagem do cotidiano.

O instituto da escravidão é tão antigo quanto a própria humanidade e veio existindo até em sociedades primitivas e atrasadas, através do espaço e do tempo, tomando variadas formas, de acordo com o meio sócio-econômico onde surgiu.

71. O desejo de dominar ou competir com o semelhante é algo inato ao homem, e se pode até dizer que esse sentimento ou qualidade é o seu verdadeiro "pecado original". A escravidão foi uma fatalidade histórica que veio se transmutando através dos tempos. Ainda hoje ela existe no proletariado desamparado dos países subdesenvolvidos.

72. O estudo da escravidão não pode ser feito de maneira simplista, generalizante, subordinado a modelos fora da realidade histórica onde se desenvolveu. Isso se aplica ao Brasil. No Ceará, por exemplo, ela não teve origem, existiu e findou como em outros locais do país.

73. Já no fim do século XVIII a população da capitania era bem numerosa, apesar das secas e outras dificuldades naturais, e se encontrava em franco progresso econômico mantendo comércio intenso com Pernambuco. Deveu-se isso principalmente a cotonicultura, então em ascensão, e a manutenção e expansão dos produtos canavieiros.

Produzido o excedente como aplicá-lo?

74. O dinheiro metálico era pouquíssimo. A maioria das transações comerciais entre mercadores e fazendeiros era o escambo; o vendedor fornecia utilitários e poucos supérfluos e recebia produtos da terra em pagamento. O numerário praticamente só existia em poder de pessoas abastadas e comerciantes nas vilas importantes.

75. A aquisição de escravos era um investimento bom; podia trabalhar na lavoura ou como doméstico, devidamente ensinado tornava-se um operário qualificado — pedreiro, carpina, ferreiro, etc — além de poder se reproduzir. Em última análise era um semovente útil, conversível em dinheiro nas grandes necessidades, e dava prestígio a seu proprietário.

76. O crescimento da população escrava se intensificou durante a primeira metade do século XIX, porém, seu máximo não chegou a atingir os 40.000 até a abolição.

77. Considerando que a capitania não importava escravos diretamente da África, esse aumento ocorreu preponderantemente de duas maneiras: por "crescimento vegetativo" dos já existentes e por compra em outras capitanias, o que vinha ocorrendo desde o fim do século anterior.

78. A única informação histórica, do nosso conhecimento, que faz referência específica ao comércio de escravos no Ceará nessa época, é o historiador João Brígido (1829-1921), ao referir-se ao anteriormente citado Antonio José Moreira Gomes, capitão-mor da vila de Fortaleza, afirmando que "havia o comércio de escravos importados d'África e Moreira o fazia revendendo." (29)

79. Em 1808, a Câmara de Fortaleza solicitou ao Rei a entrada de escravos na capitania, livre de direitos, em que não foi atendida, apesar das justificativas apresentadas. (30)

80. No período de 1813-1817, entraram na capitania, via Pernambuco, 352 cativos, número relativamente pequeno se levarmos em conta a produção agrícola crescente e a intensidade do comércio que era mantido com aquela capitania irmã e mesmo com o exterior. (31)

81. Havia carência de mão-de-obra em algumas regiões do interior, tanto assim que o governador Sampaio requereu, em 1818, autorização para importar escravos da África, privilégio que havia sido concedido a capitania do Pará. (32)

82. Nunca houve entrada maciça de africanos no Ceará. Pelo que informam as estatísticas da época, os escravos de origem indígena e mestiços foram o tipo preponderante.

83. O "Mapa dos habitantes da capitania do Ceará Grande em 1808" registrou uma população de 125.878 habitantes, assim distribuída: (33)

Brancos	43.457	34,5%
Indios	12.383	9,9%
Pretos	23.444	18,6%
Mulatos	46.594	37,0%

Não foi especificado o "estado" de **livre ou escravo.** No tocante a condição **mulato** especificada no documento original, sabendo-se das dificuldades que oferece na prática sua defini-

ção exata etnicamente, supomos estar nele compreendido o tipo **mestiço.**

84. A maior concentração de **pretos,** nos dados existentes nesse mapa, ocorria nas vilas de Aracati, 34%; Aquirás, 31%; Crato, 30%; Campo Maior (Quixeramobim), 26%. Aparte as vilas de índios, a menor concentração de população **preta** estava em Fortaleza, 11% e Sobral, 14%. Curiosamente, a concentração de **mulatos** nessas duas vilas eram as maiores, na primeria 48% e na segunda 59%. No município mais populoso da capitania, Icó, a percentagem de **pretos** era 18%, **mulatos** 40% e **brancos** 40%. São João do Príncipe (Tauá) possuia a maior população **branca,** 47%.

85. Minucioso recenseamento realizado quando governava Manuel Ignácio de Sampaio, em 1813, verificou a existência de uma população de 146.422 habitantes, distribuídos em 16 vilas, inclusive as de índios. Nesse total, 41.659-28%, eram brancos; 9.196-6%, índios. **Mulatos** e **pretos** constituiam o restante da população, com grande preponderância dos primeiros. Não dispomos dos dados totais desse censo referente as vilas de Icó, Sobral e São João do Príncipe.(32)

86. A maior concentração de população **branca** ocorria nos municípios de São Bernardo (Russas) — 54,8% (6.215 hab.); Aracati — 43,4% (2.613 hab.); Aquirás — 42,6% (4.621 hab.) e Fortaleza — 41,4% (5.304 hab). Crato apresentava um índice baixíssimo de brancos — 5,3% (1.742 hab.).

87. Quanto a população **preta,** sua maior concentração existia no município de Aquirás — 29,2% (3.166 hab.), sendo 16,7% (1.812 hab.) livres, e 12,5% (1.354 hab) cativos. Aracati possuia 20,8% (1.252 hab), sendo 5,5% (329 hab.) livres e 15,3% (923 hab.) cativos. Crato — 18,9% (6.234 hab); 15,8% (5.203 hab.) livres e 3,1% (1.031 hab.) cativos. Fortaleza — 14,2% (1.830 hab.); 10,7% (1.379 hab.) livres e 3,5% (451 hab.) cativos.

88. O tipo **mulato** (mestiço) era o preponderante no Crato, com 75,6% (24.846 hab.) da população do município, sendo 73,6% (24.180 hab.) livres e 2% (666 hab.) escravos. A capital também se destacava — 44,3% (5.676 hab.) de sua

população era mulata (mestiça), 38,8% (4.974 hab.) livres e 5,5% (699 hab.) escravos.

89. Como vemos, o Ceará na segunda década do século passado não era uma "negrícia", e a vida sócio econômica da província não deu condições para que isso viesse a ocorrer em nenhuma fase de sua história.

90. A economia cearense depois de 1830 começou a se refazer da estagnação reinante na década anterior.

O aumento da produção econômica da província correspondia apenas ao seu crescimento populacional, o excedente não era suficiente para proporcionar recursos financeiros capazes de condicionar mudanças mais profundas em sua vida sócio econômica.

91. Esse fato é notado nos diversos relatórios ("falas") de Presidentes da Província, até os meados do século. Manoel Joaquim Pereira da Silva em ofício relatório ao Ministro Marquês de Caravelas, descreve em três parágrafos como ele viu o Ceará ao deixar o governo em 1830.

"Em suma, Exmo. Sr. — eu mesmo me tenho admirado, pois quando cheguei à esta Província ela tinha acabado de sofrer o flagelo da seca, da fome e da guerra civil; o comércio inteiramente estagnado. Felizmente este vai principiando a prosperar, a lavoura muito benigna, a plantação do café vai principiando com tanto excesso que para o ano até já poderá ser gênero de exportação, que inteiramente era aqui quase desconhecido.

"Fábricas de aguardente vão em aumento extraordinário, tanto que a de importação só tem preferência por ser cachaça, e os povos não estarem acostumados a da cana (?); a não ser este o motivo, certamente já viria muito pouco de fora, e para o ano poderia ser um segundo gênero de exportação. A produção do gado lanígero para as lãs podia ser até outro gênero também de grande vantagem para a prosperidade de uma grande parte do país, mas infelizmente tem estado em total abandono pela falta talvez de um genio creador para o apuro da raça. A decadência do algodão tem obrigado a esgotarem novos meios de indústrias, e vão continuando.

"O açúcar também já vai dando para o consumo, e para a exportação talvez seja difícil pela grande dificuldade das fábricas e de braços. A criação do gado vacum é seu forte e tem feito algumas casas opulentas." (33)

92. Pereira da Silva era otimista, a província apenas ia sobrevivendo; continuando assim até o governo do Presidente Senador José Martiniano de Alencar, em 1835.

93. Nomeado para a presidência de sua terra natal, Alencar iniciou sua administração dentro das novas perspectivas políticas criadas pelo Ato Adicional de 1834, que havia criado as Assembléias provinciais, instituição que foi de grande valia para ele nas realizações que se propunha empreender.

94. Profundo conhecedor da problemática da terra, mesmo antes da instalação da 1.ª Legislatura da Assembléia Provincial, tomou várias decisões governamentais, confiando por antecipação na aprovação pela câmara.

95. Seu relatório, lido em 07.04.1835 perante a citada assembléia, é um excepcional testemunho da realidade cearense de sua época, como também um espelho de sua visão de administrador. Tomou-se então conhecimento que a província tinha "200 mil almas das quais apenas a oitava parte é escrava", ou seja 25.000 cativos. (34) Tristão Araripe diz que no relatório de 1836 essa quantidade foi corrigida para 223.554, população que daria 28.000 escravos, aproximadamente. (35)

96. Quanto as finanças públicas, a situação era difícil, apresentando a receita provincial 16:038$331 réis, e a despesa 66:677$560 réis, ocorrendo assim um deficit de 50:639$331 réis. A receita geral, também deficitária, não podia compensar essa, pois sua arrecadação estava orçada em 107:641$307 réis e a despesa era 141:289$224 réis.

97. Porém, isso não correspondia a verdadeira situação econômica do Ceará, que não era boa mas não tão ruim assim. O que existia, de fato, era desvio na arrecadação fiscal. O próprio Alencar denunciou isso ao exemplificar que o imposto de "5 réis de carne verde tem rendido na proporção de um boi morto por dia em toda a província, quando só na capital se matam 6 a 8 diariamente."

98. A crise na agricultura foi evidenciada mostrando-se sua influência sobre a prosperidade do comércio e da indústria na província. Mais do que seu antecessor Pereira da Silva, que apenas fez referência "a falta de braços", foi incisivo ao falar da "indisposição que se observa em nossa população para se empregar na lavoura." O número de ociosos era grande no interior.

99. Muitos testemunhos históricos daquela época afirmam a indisposição do homem cearense para os trabalhos agrícolas. Dai ele plantar o estritamente necessário para sobreviver.

100. Paulet, como vimos, punha o atraso da capitania à conta da preguiça e o preconceito "de não servir homem forro ainda que seja preto."(36) O governador Sampaio na mesma época baixou diversos atos contra os vadios que infestavam a capitania.

101. As secas, desorganizando o trabalho nos campos, criavam condições para a vadiagem e o crime, conturbando a integridade da vida social. Curioso Bando mandado publicar em 1793 pelo governador Luiz da Motta Féo e Torres "em Russas e outras partes da Ribeira do Jaguaribe, contra os ladrões de gado, vadios e facinorosos, que infestavam aquela Ribeira, dos quais muitos tinham vindo de outras capitanias", mandava castigar com cem açoites para os escravos, cabras e mestiços; rodas de pau para nos que fossem ou parecessem brancos e palmatoadas para as mulheres "a proporção da culpa e robustez de cada um e em dias interpolados."(37)

102. O viajante Jorge Gardner, em 1838, referindo-se a vila do Crato, dizia: "toda a população da Vila chega a dois mil habitantes, na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem. Os habitantes mais respeitaveis são brasileiros, em maioria negociantes, mas como ganham a vida, as raças mais pobres é coisa que não entendo."(38)

103. Muitos anos depois, em 1859, o famoso botânico Manoel Freire Alemão, que esteve no Ceará com a Missão Científica, referindo-se ao trabalho na vila de Pacatuba, próxima a de Fortaleza, dizia: "A gente livre daqui, que constitui

o povo é toda mestiça, mamelucos, cabras, etc. Trabalham pouco para si fazendo pequenas roças, gostam mais de se alugar, porque assim estão certos de passar melhor e comer carne diariamente (o bacalhau hoje está sendo alimento pela carestia da carne), usam pouco de verduras, o jerimum, a banana, o inhame, pouca batata, é um bom sustento — mas plantam pouco."(39)

104. Comentando sobre a população do Crato, vinte anos depois de Gardner, afirmava: "A pobreza, por indolência vive miseravelmente, porque a terra é muito produtiva."(40) Quanto a "Gente do Ceará", como um todo, refere-se "a gente acaboclada, ou o povo", assim: "Pondo de parte alguns poucos pretos, e por conseqüência, também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceará é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano. ... As mulheres são mui prolíficas (o que também acontece a respeito dos brancos); vê-se uma choupana sempre cheia de crianças; e o falecido Ferreira(41) nos dizia que o termo médio dos filhos era de 10; outros só dão. 8. Não é rara a mulher que tem 20, e 30 filhos e quase todos vingados. ... É gente, como já disse, imprevidente, capazes de sofrer a fome, e de se sustentar com pouco; mas em havendo abundância não têm medidas nem em comer nem em beber. ... O seu sustento ordinário é um pouco de carne com farinha ou farofa; sustentando-se muitas vezes só com frutas silvestres. Quase nenhuma plantação fazem, além de uma roça de mandioca em roda da habitação, roça que quase sempre lhes não chega para o sustento do ano. Não se vê em roda das palhoças dessa pobre gente senão uma miserável rocinha de mandioca; algum milho, e arroz e isso já é muito. Vivem, quando se lhe acaba o mantimento, de caça, de pesca, e de frutas silvestres, ou então de roubos. Alguns procuram trabalho; mas são pouco constantes nele. É fácil prever quanto pode ser desastrosa uma irregularidade de estação."(42)

105. Apesar do Ceará nunca ter sido uma terra de escravos, o preconceito que se tinha e ainda hoje se tem contra o trabalho mecânico liga-se ao velho estereótipo social de origem colonial que menosprezava toda e qualquer profissão ou

atividade que não fosse senhorial, liberal ou burocrática, mesmo que fosse uma "arte de ofício" — pedreiro, carpinteiro, marcineiro, ferreiro, etc. — tão importantes na época, mas mister próprio de pessoas de classe inferior, servos e especialmente escravos.

106. Não ser branco continuava um estigma. Como o escravo era uma pessoa de "cor", e não trabalhar era uma das poucas coisas que os mestiços podiam ter em comum com a classe superior, trabalhar não era dignificante. O vulgo era ignorante, pobre, e tinha preconceito contra o trabalho.

107. Outras explicações costumam ser dadas sobre esse problema que sempre nos acompanhou através da história. O clima desconfortável; solo pobre e secas constantes, não compensando o trabalho na agricultura; a primitivez das técnicas agrícolas; perspectivas de vida social limitadas; falta de instrução ou educação formal; ou o célebre "pecado capital" — a preguiça — que dizem alguns ser genética no nosso homem do povo, mas que preferimos imputar a uma herança cultural que o indígena nos legou.

108. O Sen. Alencar atacou frontalmente as causas por ele apontadas como responsáveis pelo marasmo da província: o problema da mão-de-obra, a falta de recursos pecuniários para dinamizar a produção econômica, a realização de obras públicas e o saneamento dos maus costumes, principalmente o banditismo e falhas no sistema judiciário.

109. Procurando suprir a falta de braços na lavoura e a construção de obras públicas, principalmente a construção de estradas, sugeriu a criação de Companhias de Trabalhadores. As que se destinavam à agricultura seriam pagas pelos proprietários de terras interessados, as de obras públicas seriam mantidas pela fazenda provincial. A utilização do trabalho escravo não foi cogitada.

110. No tocante ao operário especializado, mandou contratar na Europa por intermédio do comerciante pernambucano, Cel. Antonio Marques da Costa Soares, seis mestres artífices: 2 pedreiros, 2 carpinteiros e 2 ferreiros.

111. Não contando com a mão-de-obra da província, contratou colonos açorianos, tendo chegado 120 deles em Fortaleza no dia 18/06/1837. Infelizmente os 50 que mandou buscar na França, que deveriam ser adestrados na construção de estradas, não corresponderam ao que era esperado, tendo vindo apenas 16 deles em janeiro de 1838. O trabalho livre era já então visto como fator importante no desenvolvimento da província.